



OS PERCURSOS PROFISSIONAIS DOS JOVENS INSCRITOS NO PROJovem TRABALHADOR EM SANTA CATARINA: A PRECARIIDADE CIRCULAR

Mariléia Maria da silva - UDESC

Agência financiadora: FAPESC

Resumo: O presente trabalho tem como propósito analisar o percurso profissional dos jovens inscritos no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJovem), na modalidade "Trabalhador" em Santa Catarina, tomando como referências principais as experiências e pretensões de trabalho apresentadas por estes jovens. A perspectiva teórico-metodológica adotada está fundamentada no materialismo histórico dialético por entender-se que a problemática em questão exige uma investigação que leve em conta as relações sociais em sua totalidade. Para o estudo em tela foi utilizado um banco de dados fornecido pelo SINE/SC relativo aos jovens cadastrados no Projovem Trabalhador no período de 2010/2011. Os resultados apontam para uma estreita relação entre as experiências de trabalho e as pretensões ocupacionais a definir seus percursos profissionais, cuja característica marcante é a precariedade circular, condição insuperável nos termos em que estão definidos os programas de inclusão e qualificação profissional.

Palavras- chave: Projovem Trabalhador; Percursos Profissionais; Políticas Públicas; Reestruturação Produtiva; Capitalismo.

Introdução

O aumento em escala mundial das taxas de desemprego nos últimos tempos e seus efeitos dramáticos para os jovens tem suscitado nas mais diversas áreas, uma preocupação constante com que se poderia nominar "juventude, trabalho e educação". A projeção para 2012, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é extremamente adversa. 74 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados em 2011, e as possibilidades de esse número aumentar são em torno de três vezes mais do que as dos adultos. De igual forma são condições de trabalho, nas quais predominam os contratos temporários e em tempo parcial (OIT 2012).

No Brasil, em âmbito governamental, percebe-se um direcionamento de políticas sociais destinadas aos jovens, particularmente para aqueles considerados em "situação de risco e vulnerabilidade social". Pode-se afirmar que, desde 2005, com a criação da Secretaria Nacional da juventude, uma tentativa de ordenamento de tais políticas se impõe. O Programa

Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) parece constituir, em sua versão mais recente, a materialização desta perspectiva. Conhecido comumente como Projovem, esse programa foi instituído pela Lei n.º. 11.129, de 30 de junho de 2005, regido a partir de 1º de janeiro de 2008 pela Lei n.º. 11.692, de 10 de junho de 2008, e regulamentado pelo Decreto n.º. 6.629, de 04 de novembro de 2008. Compõe-se por quatro modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Campo – Saberes da Terra e Projovem Trabalhador. Destina-se aos jovens entre 15 e 29 anos, e tem como fito propiciar a reintegração ao processo educacional, promover a qualificação profissional e o desenvolvimento humano (BRASIL, 2008a)¹.

As análises sobre a eficácia deste tipo de programa, o papel do Estado na definição e regulação das políticas públicas, os novos contornos da dita “sociedade civil” e as Organizações Não- Governamentais (ONGs) como “parceiras” na resolução dos problemas sociais são objeto de preocupações de pesquisadores e estudiosos das mais variadas áreas, bem como são apreendidas sob distintas matrizes teórico-metodológicas. Destacamos aqui os estudos de Castel (1998), Montão (2008), Sposito (2008), Corrochano (2010), Frigotto (2008, 2009), Rummert (2008) e Küenzer (2006, 2007), Barbosa e Deluiz (2008), Deluiz (2008).

O posicionamento no presente estudo é o de que a análise sobre a tríade “trabalho, educação e juventude” deve tomar como ponto de partida a configuração das relações sociais em sua totalidade. É sob este enfoque que pretendo abordar os percursos profissionais dos jovens inscritos no Projovem Trabalhador em Santa Catarina no ano 2010/2011. A amostra investigada foi construída a partir de um banco de dados fornecido pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Santa Catarina relativo aos jovens cadastrados na referida modalidade do Projovem.

Trabalho e políticas para a juventude diante da reestruturação produtiva

O programa Projovem, na modalidade Trabalhador, pretende atingir os jovens com idades de 18 a 29 anos, com renda *per capita* de até um salário mínimo, e que não tenham concluído o ensino superior ². Está dividida em quatro submodalidades: Consórcio Social da Juventude; Juventude Cidadã; Escola de Fábrica e Empreendedorismo Juvenil, e conforme documento “[...] tem como objetivo preparar o jovem para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades

¹ O Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Projovem Urbano pela Secretaria-Geral da Presidência da República, o Projovem Campo – Saberes da Terra pelo Ministério da Educação e o Projovem Trabalhador pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2008).

² Na submodalidade Empreendedorismo Juvenil podem participar os jovens que estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior.

produtivas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho” (BRASIL, 2008b). Os jovens devem frequentar um curso de qualificação social e profissional com carga horária de trezentas e cinquenta horas, sendo obrigatória a frequência mínima de 75%. Como contrapartida recebem um auxílio financeiro de R\$ 600,00, divididos em seis parcelas de R\$ 100,00.

Em linhas gerais as políticas para a juventude no Brasil, sobretudo para os jovens oriundos das camadas sociais mais fragilizadas, têm sido marcadas por um duplo caráter: certificar e formar para o mercado de trabalho. No entanto uma pergunta anterior deve ser feita, antes mesmo de se analisar a eficácia de tais políticas. Em que medida as políticas de qualificação social e profissional, visando a inserção dos jovens no mundo do trabalho, superam ou têm como horizonte a superação das desigualdades sociais às quais estão sujeitos estes jovens? Entendo que a resposta a esta indagação não pode estar circunstanciada a uma questão de *intencionalidades* vinculadas ao campo da moral. Se assim for, a resposta seria muito simples: vamos acreditar que, de fato, existam, por parte dos formuladores de políticas, as melhores intenções!

Portanto, se quisermos ultrapassar o campo explicativo que atribui às ações e/ou intenções o qualificativo de *boas* ou *más*, é necessário apreender a lógica por meio da qual são pensadas as políticas sociais e, neste particular, aquelas destinadas aos jovens considerados em “situação de risco e vulnerabilidade social”. Em outras palavras, significa enfrentar as explicações reducionistas e simplificadoras do real tomando como fundamento de análise uma perspectiva epistemológica que apreenda a realidade em sua totalidade. Em uma sociedade cuja base de produção da existência está sob o domínio das relações capitalistas, qualquer tentativa de investigação dos fenômenos sociais aí produzidos deve ter em conta esse parâmetro, pois, conforme aponta Mézáros (2002, p. 97),

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa [...] estrutura *totalizadora* de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”.

Posto isso, defendo que as discussões em torno do enfiamento das questões relativas ao emprego/desemprego entre os jovens, a ausência ou insuficiência de qualificação, a incapacidade do sistema educativo em manter os filhos dos trabalhadores e as políticas destinadas a *corrigir* tais efeitos, dentre estas, o programa Projovem, devem ser avaliadas tomando como ponto central a natureza das necessidades impostas pelo capitalismo contemporâneo.

Para Fontes (2010), o conceito capital-imperialismo seria o mais apropriado para dar conta das questões atuais do capitalismo, tendo em vista que este se tornou a forma de vida social generalizada e extremamente assimétrica, diferentemente do início do século XX, período em que boa parte da população mundial pertencia ao universo rural e controlava, em certa medida, parte de seus recursos diretos de existência. Braz e Netto (2006) sustentam que o capitalismo contemporâneo tem seu início a partir dos anos de 1970, constituindo a terceira fase do estágio imperialista. Defini-se por um conjunto de novas respostas no plano econômico, político, social e cultural às necessidades do capitalismo na atualidade. A noção de mundialização do capital, defendida por Chesnais (1996, p.13), também aponta para o entendimento da abrangência das relações capitalistas, quando afirma que a cada dia estamos a tratar de “outra etapa no processo de internacionalização, tal como o conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação”.

Para Harvey (1996), o cenário de mudanças profundas nas práticas culturais, políticas e econômicas, desde a primeira década de 1970, não configuram o surgimento de uma sociedade pós-capitalista. Na verdade, constituem o indicativo de que a rigidez do padrão de acumulação capitalista taylorista-fordista torna-se a cada dia mais ineficaz para o provimento das demandas do capital na atualidade. Neste sentido defende que a promessa fordista/keynesiana mostrou-se impossibilitada de interromper as contradições próprias do capitalismo, justamente por sua *rigidez* em resistir aos investimentos de capital fixo em larga escala e em longo prazo, e também por sua incapacidade de atender aos mercados de consumo variantes em função de planejamentos inflexíveis. As implicações de tais mudanças resultam em uma nova estruturação do mercado de trabalho, em um arranjo na qual os empregados com contratos de trabalho mais favoráveis estariam em minoria e ocupariam uma posição privilegiada e central, e na extremidade estariam localizados dois subgrupos: um formado por empregados com certa qualificação, com contratos integrais; e o outro constituído por trabalhadores em condições contratuais fortemente adversas, como trabalhos temporários, insegurança, e alta rotatividade. Esses últimos tendem a crescer em contraposição aos empregados situados na posição central.

Braz e Netto (2007, p.213), defendem que o padrão taylorista-fordista e as políticas keynesianas constituem uma etapa do capitalismo expressa por uma “*uma longa onda de expansão econômica*”, marcada por grande crescimento econômico e taxas de lucros, que se mantém elevadas entre o final da Segunda Guerra Mundial e segunda metade dos anos sessenta. A partir desse período, *a longa onda expansiva* dá sinais de esgotamento, com declínio da taxa de juros em vários países e redução no crescimento econômico. Destacam, toda via, que entre os anos de 1971 e 1973,

dois “*detonadores*³ anunciaram que a ilusão do ‘capitalismo democrático’ chegava ao fim: *o colapso do ordenamento financeiro mundial*, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro [...] e *o choque do petróleo*, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP”(p.213).

Na perspectiva anunciada pelos autores, o capitalismo deve ser apreendido em um movimento de crises cíclicas. Estas expressam a incapacidade do capital em manter o nível da taxa de lucro. Assim, destacam que atualmente “A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas”(p.214). Seguindo essa linha de análise, a tríade; “reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal (p.214) constituem as estratégias atuais de enfrentamento da crise do capital. Ressalto que o desemprego, a flexibilização das relações de trabalho acarretando maior nível de precarização, e o incremento de políticas sociais segmentadas e focalizadas em detrimento de políticas públicas universalistas (Fontes, 2010) compõem um quadro de extrema degradação da existência humana sob o predomínio das relações capitalistas contemporânea.

È sob este cenário, grosso modo, chamado de “precarização das relações de trabalho”, que situo as reflexões em torno da relação entre trabalho e inserção profissional, particularmente dos jovens oriundos dos segmentos sociais desprovidos das condições materiais mínimas necessárias à subsistência humana. Situação que, certamente, contraria a visão apologética construída a respeito da reestruturação produtiva na qual as inovações tecnológicas e organizacionais demandariam um perfil profissional mais qualificado em substituição ao trabalhador característico do padrão taylorista-fordista, marcado pela linearidade, padronização e repetição. Este substituído por um modelo de trabalhador capaz de atender aos novos requerimentos do padrão da acumulação flexível, cujo perfil deve conter atributos tais como a capacidade de trabalhar em equipe, de tomar decisões, de ser adaptável ao novo e de ser criativo.

Considero que a questão colocada não pode ser apreendida como uma simples mudança de sentido no que diz respeito à formação profissional para fazer frente às necessidades de um mercado de trabalho que, no discurso dos apologéticos, estaria farto de oportunidades para os “inovadores” ao passo que se revelaria hostil aos “pouco afeitos” às novidades tecnológicas. Dito de outro modo, não se trata de uma questão de escolha atitudinal. Conforme Machado (1996), o que deve ser recuperado na discussão é a aquisição da reprodução ampliada e intensiva do capital a partir da incorporação de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho objetivando uma

³ Grifos no original.

mais-valia extraordinária, assentada no aumento da produtividade individual, para a qual o incremento tecnológico é fundamental.

Neste sentido, o papel do Estado na consecução do padrão de acumulação flexível deve ser analisado. Desde as últimas décadas do século XX vivenciamos um rigoroso e amplo processo de reformas no âmbito do Estado com vistas a assegurar as condições necessárias ao restabelecimento do capital diante de sua própria crise de acumulação. Como entende Mézáros (2000), cabe ao Estado atuar como uma espécie de “retificador” no sentido de garantir as condições indispensáveis à acumulação capitalista, materializadas por meio de suas políticas econômicas e sociais. Assim, avalio que o Projovem, como uma “política” pública destinada aos jovens pobres, deva ser problematizado no espectro desta “retificação”, cujo sentido está em viabilizar as condições mínimas para garantir a reprodução do trabalho simples. Conforme Neves et al (2006), trabalho simples é um

Conceito formulado por Karl Marx, no volume 1 de O Capital, em 1867, como par do conceito ‘trabalho complexo’. Ambos os conceitos referem-se à divisão social do trabalho, que existe em qualquer sociedade, mudando de caráter de acordo com os países e os estágios de civilização e, portanto, historicamente determinados. O ‘trabalho simples’, ao contrário do trabalho complexo, caracteriza-se por ser de natureza indiferenciada, ou seja, dispêndio da força de trabalho que “todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo” (Marx, 1988, apud Neves et al. p. 296).

Por meio dos estudos empreendidos até o momento considero que o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), integrante de um conjunto de ações públicas que visam inserir no mercado de trabalho jovens oriundos dos segmentos sociais mais fragilizados, não sinaliza para a superação das condições adversas nas quais estes jovens encontram-se. Do contrário, identifico que a proposta de qualificação, bem como toda dinâmica que envolve o Projovem está muito mais próxima de reiterar a perpetuação da reprodução do trabalho simples do que a sua ruptura. Estudos de Barbosa e Deluiz (2008), Deluiz (2010) e Rummert e Ventura (2007) também corroboram tais reflexões.

Experiências e pretensões ocupacionais entre os jovens egressos do Projovem Trabalhador

Pela exame dos registros sobre as trajetórias ocupacionais e expectativas profissionais dos jovens egressos do Projovem Trabalhador em Santa Catarina, bem como pela análise de entrevistas

realizadas com uma amostra deles⁴, verifica-se que seus percursos profissionais são construídos dentro de uma circularidade na qual prevalece a precariedade. No que se refere às experiências profissionais declaradas pelos jovens observa-se (Quadro 1) a presença expressiva de atividades pouco relacionadas à exigência de médio ou alto nível de escolaridade, bem como é significativo o número de informantes que declarou não ter experiência de trabalho ou não a informou.

Exp. Profissional 01*	Nº de sujeitos	%
Não declarada	474	38,3
Auxiliar de linha de produção	110	8,9
Não possui	95	7,7
Vendedor	51	4,1
Abatedor	31	2,5
Oficial de serviços gerais	31	2,5

Quadro 1: Experiência ocupacional dos inscritos no Projovem Trabalhador/SC, 2010/2011. (Relação das seis mais citadas)

Fonte: Dados do SINE/SC. Elaboração própria.

* Refere-se à primeira experiência profissional declarada pelos jovens.

Considerando a centralidade do trabalho para a sobrevivência desses jovens, avalio que a não declaração das experiências anteriores pode indicar muito mais a dificuldade em comprová-las do que, efetivamente, sua inexistência. Conforme dados levantados sobre o tempo de trabalho com registro, mais de 51,3% não possui ou não informou a comprovação em carteira profissional. O que pode ser um indicativo importante de que o percurso profissional trilhado é, predominantemente, o da informalidade.

Sobre as pretensões de ocupação declaradas (Quadro 2) assinalo uma intrigante semelhança com as experiências de trabalho anteriores. Dito de outro modo, o que os jovens vislumbram em termos de trabalho não difere, significativamente, do que já exercem ou exerceram. Esta constatação requer, ao menos, uma reflexão. Estou ciente de que o tipo de atividade laboral desempenhada pelos jovens aqui investigados guarda relação direta, em muitos casos, com as principais atividades econômicas da região de origem. No entanto, dois aspectos me parecem relevantes a assinalar: o número expressivo dos que não informaram ter alguma de pretensão

⁴ Foram realizadas oito entrevistas (seis mulheres e dois homens), escolhidas em uma amostra construída a partir do banco de dados fornecido pelo SINE/SC.

ocupacional e, dentre os que a declararam, a circularidade envolvendo experiências anteriores e pretensões ocupacionais.

Pretensão Ocupacional	Nº de vezes citadas*	%
Não possui/não declarou	280	22,6
Auxiliar de linha de produção	219	17,7
Atendente/Recepcionista	205	16,5
Vendedor	202	16,3
Auxiliar Administrativo	137	11,1
Oficial de serviços gerais	129	10,4
Faxineira(o) /Empregada (o) doméstica	129	10,4

Quadro 2: Pretensão ocupacional dos inscritos no Projovem Trabalhador/SC, 2010/2011. (Relação das sete mais citadas)

Fonte: Dados do SINE/SC. Elaboração própria.

* No preenchimento do cadastro os jovens deveriam informar suas pretensões ocupacionais elencando-as como primeira, segunda e terceira opção. Os números do Quadro representam a soma total de cada pretensão.

No primeiro aspecto, tendo a interpretar que o preenchimento desta questão no formulário do SINE, no julgamento dos jovens, poderia comprometer a possibilidade de trabalho futuro, uma vez que a instituição poderia, no caso de surgimento de alguma vaga, dispensar oportunidades que não estivessem de acordo com a preferência declarada pelo candidato ao emprego no ato de sua inscrição. O que, em alguma medida, indica o grau de suscetibilidade ao qual estão sujeitos no mercado de trabalho. O segundo aspecto aponta para o delineamento de um percurso profissional que, longe de representar escolhas pessoais, evidencia as determinações de sua condição de classe (Silva, 2010). Uma espécie de *senso* de realidade que se abate sobre estes jovens: as aspirações profissionais alimentam-se da escolha do que é possível.

Para concluir, considero que uma análise em conjunto das experiências de trabalho, das dificuldades em comprová-las e das pretensões ocupacionais declaradas pelos jovens investigados permitem afirmar que seus percursos profissionais dos jovens cadastrados no Projovem Trabalhador em Santa Catarina são marcados por uma precariedade circular.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. D.O.U. DE 11/06/2008, P. 1. 2008a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm>. Acesso em: 01 dez. 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências. Publicado no DOU de 5.11.2008. 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm>. Acesso em: 01 dez.2011.

BARBOSA, C. S., DELUIZ, N. Qualificação Profissional de Jovens e Adultos Trabalhadores: O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego em Discussão. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 34, n.1, jan./abr. 2008.

BRAZ, MARCELO; PAULO NETO, José. O capitalismo contemporâneo. In: ____ *Economia Política: Uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 211-241.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DELUIZ .N. Projovem Trabalhador: avanço ou continuidade nas Políticas de Qualificação Profissional?. *Boletim Técnico do SENAC*, v. 36, p. 19-31, 2010.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORROCHANO, M. C. Desemprego entre jovens de um programa público na cidade de São Paulo: diversidade de experiências e de percepções, In: OLIVEIRA, D.D.; FREITAS, R.A.; TOSTA, T.L.D. (Orgs.). *Infância e juventude: direitos e perspectivas*. Goiania: UFG/Funape, 2010, pp. 165-192.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/UFRJ Editora, 2010

FRIGOTTO, G. A contradição aparente entre a falta e a sobra de jovens trabalhadores qualificados no Brasil, In: Frigotto, G; Ciavatta, M.; Ramos, M. (Orgs.). *Novas e Antigas Faces do Trabalho e da Educação*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, v. 1, 2008, pp. 145-162.

FRIGOTTO, G. Projetos societários em disputa no Brasil e a juventude com vida provisória, In: RUMMERT, S. M.; CANÁRIO, R.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). *Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal*. Niterói: Editora da UFF, 2009, pp. 109-128.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1994.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, nº 96, 2006, pp. 877-910.

_____. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n° 100, out. 2007, pp.1153-1178.

MACHADO, L. R. de. A Educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, C. ET al. (orgs). *Novas tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996, p. 165-184.

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONTAÑO. C. *Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NEVES, L. M. W. ; PRONKO, M. A. ; LIMA, J. C. F. . Trabalho Simples. In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. (Org.). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. 1 ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2006, p. 294-298.

OIT. Tendencias Mundiales del Empleo 2012: Prevenir una crisis mayor del empleo. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/resumoget2012_763.pdf >. Acesso em: 30 de jan. 2012.

RUMMERT, S. M. Educação de Jovens e Adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. *Perspectiva: Florianópolis*, vol. 26 n°1, 2008, pp. 175-208.

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. P. Políticas públicas para a educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade - considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. *Educar em Revista*, vol. 29, 2007, pp. 29-45.

SILVA, M. M. Rede de relações sociais e o acesso ao emprego: o discurso da meritocracia em Questão. *Educação e Sociedade*, vol. 31, n° 110, jan./mar., 2010, pp. 243- 260.

SPOSITO, M. P. Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 2, n° 33, jul./dez., 2008, pp. 83-98.